

Desconto para bom motorista no IPVA encolhe

Parte do pacote da quarta fase do ajuste fiscal do governo José Ivo Sartori, o projeto que altera o calendário de pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e reduz o desconto para o bom motorista foi aprovado pela Assembleia Legislativa, pelo placar de 34 votos favoráveis e 18 contrários.

A proposta, de autoria do Executivo, tem como objetivo reforçar o caixa do Estado a partir de 2016, proporcionando receita em meses tradicionalmente de arrecadação fraca. Com a aprovação da matéria, a data-limite para pagamento foi antecipada de julho para 30 de abril.

A proposição também reduz o desconto para os motoristas que não cometeram infrações de trânsito, que antes era de 10% e 15%, para um e dois anos sem multa, respectivamente. Agora, os percentuais são 5%, 10% e 15%, para quem ficou um, dois e três anos sem cometer infrações.

A oposição criticou o projeto, por entender que representa um desestímulo para os bons motoristas do Estado.

– Significa muito pouco em termos de arrecadação, mas muito em termos de vidas e de educação – disse a deputada estadual Miriam Marroni (PT).

Na justificativa encaminhada pelo Executivo junto ao texto do projeto, o Piratini argumenta que “a concessão de desconto de

IPVA aos bons motoristas pode representar não apenas uma forma de redução dos acidentes de trânsito, mas também uma economia significativa de recursos públicos”.

O governo, no entanto, não apresentou projeções que demonstrem em quanto o Estado pode incrementar a receita com as alterações. Em 2015, conforme cálculos da Secretaria da Fazenda, o Rio Grande do Sul arrecadou R\$ 2,1 bilhões com o IPVA, sendo que metade do valor foi automaticamente para o caixa das prefeituras.

O QUE MUDA

▶ O projeto modifica a lei do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), adiantando para 30 de abril a data-limite de pagamento (hoje é no mês de julho).

▶ Outra mudança é a redução de desconto para bom motorista. Até agora, quem fica um ano sem multa tem 10% de desconto no IPVA. Com dois anos, o desconto sobe para 15%.

▶ Pelo projeto aprovado, o desconto ficará da seguinte forma:
5% para **um ano** sem infração.
10% para **dois anos**.
15% apenas para quem ficar **três anos** sem multa.

“

Se passar o aumento do ICMS, vamos seguir denunciando em suas bases eleitorais os deputados que votaram a favor da mudança. Vamos manter a mobilização. Vamos continuar atentos para impedir a aprovação do projeto das RPVs e da Lei de Responsabilidade Fiscal estadual.

SÉRGIO ARNOUD
Presidente
da Fessergs

“

Na medida em que há parcelamento dos salários dos servidores da segurança, quem está inseguro é o morador de Porto Alegre. Não estão ocorrendo repasses para a saúde, e leitos estão fechando no Interior. A Capital, com isso, está sobrecarregada. O aumento de impostos é ruim, mas prefiro posição impopular. Não tem outra solução.

JOSÉ FORTUNATI
Prefeito de
Porto Alegre



No início da manhã cenário era de tranquilidade. Perto do meio-dia (foto), pancadaria e detenções

Confronto entre PMs e manifestantes na Capital

Um grupo que protestava contra o aumento do ICMS e a Brigada Militar (BM) entraram em confronto no final da manhã de ontem em frente à Assembleia Legislativa. A confusão ocorreu em um local que havia sido bloqueado pelos policiais, mas que foi ocupado pelos servidores. Três pessoas acabaram detidas e algumas ficaram feridas durante a ação.

Em menos de cinco minutos, o ato, que ocorria pacificamente, transformou-se em confronto. A BM afirma que membros da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Coletivo Marighella forçaram a entrada na Assembleia. Manifestantes, no entanto, alegaram que não tentaram ingressar na Casa e que a polícia foi violenta na ação. O comandante do policiamento da BM na Capital, tenente-coronel Mário Ikeda, defendeu a postura da corporação:

– De maneira geral, a conduta foi correta. Agora, individualmente, se recebermos denúncia e analisarmos imagens, vamos apurar. A partir do momento que furaram o bloqueio, vimos que poderia ter invasão e aproximamos a tropa de choque.

O presidente da CUT-RS, Claudir Nespolo, argumenta que a entidade é contra atos de vandalismo.

– Temos anos de história. É óbvio que existem momentos de tensionamento, mas não somos uma organização afeita a agressões. Essa fala (do tenente-coronel Ikeda) não se sustenta. Quem tomou a iniciativa foram agitadores profissionais, seguramente infiltrados – afirmou.

A confusão se iniciou por volta das 11h30min. A Brigada usou spray de pimenta e cassetetes contra manifestantes próximos à porta da Casa. Ricardo Menezes, 42 anos, professor de História e Filosofia nos ensinos Médio e Fundamental, foi um dos três presos, algemados e levados pela

BM a uma delegacia, onde assinou termo circunstanciado:

– A Brigada jogou gás lacrimogêneo, pedimos calma e, quando fui me abaixar para pegar água para passar no rosto, os policiais me pegaram. Acharam que iria juntar uma pedra para jogar contra eles – explicou o professor.

Mais cedo, os manifestantes haviam derrubado gradis fixados para evitar a aproximação na entrada principal do Legislativo. O uso do gás causou correria e, na confusão, uma mulher desmaiou e outra foi atingida pelas costas.

– Sempre recorremos ao gás para causar o menor dano possível. Apesar de doer em um primeiro momento, não tem o contato físico e logo (o desconforto) passa. Jogaram pedras e guarda-chuva contra os policiais – justifica Ikeda.

“TROPA DE R\$ 600” ENTRE OS GRITOS ENTOADOS

Após o confronto, manifestantes chamavam a tropa de choque da BM de “tropa de R\$ 600” e gritavam frases como “bateram em professor, em quem os ensinou a ler”.

O livre acesso da população à votação foi pedido ao Tribunal de Justiça (TJ) pelo PT, na segunda-feira, para tentar “restabelecer a normalidade do funcionamento da Assembleia”. O TJ acatou parcialmente o pedido de habeas corpus preventivo protocolado pelo partido. O presidente da Casa, deputado Edson Brum (PMDB), havia decidido que só acompanhariam a votação as pessoas que tivessem as senhas distribuídas previamente, entre eles os representantes de sindicatos e movimentos sociais. Por isso, a Assembleia pediu que a Justiça mantivesse restrito o acesso à sessão. Após incidentes externos da manhã, à tarde o clima de tensão se transferiu para o interior da Casa.

ZH.com.br
Em zhora.co/confrontoBMnaAL, confira vídeo que mostra o confronto de manifestantes e policiais militares

Em zhora.co/protostodia22 como foi o dia em Porto Alegre